

Vol 9, Núm 1, jan-jun, 2025, pág. 425-443

UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DENTRO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES (PPGECH) DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO AGRICULTURA E AMBIENTE (IEAA) UFAM

AN ANALYSIS OF INCLUSIVE EDUCATION WITHIN THE GRADUATE PROGRAM IN SCIENCE AND HUMANITIES TEACHING (PPGECH) OF THE INSTITUTE OF EDUCATION, AGRICULTURE AND ENVIRONMENT (IEAA) UFAM

Rositania Campos Diniz¹

Renato Abreu Lima²

Josemar Farias da Silva³

RESUMO

O presente artigo foi idealizado a partir da pesquisa, voltada para a construção do projeto de dissertação, despertando o interesse em analisar a produção científica do programa, direcionada para a educação inclusiva, sendo possível observar a preocupação dos mestrandos com a educação inclusiva e seu desenvolvimento, este estudo surge a partir do questionamento sobre as pesquisas dentro da educação inclusiva e quais as necessidades e/ou fragilidades percebidas pelos mesmo para a elaboração de suas pesquisas. Este trabalho objetiva analisar o quantitativo de pesquisas desenvolvidas no programa dentro da temática educação inclusiva, seus objetivos e métodos utilizados. Esta pesquisa é uma revisão de literatura integrativa, buscando responder os questionamentos e a relevância futura de tais pesquisas. A mesma se deu a partir de pesquisa dentro da plataforma do próprio programa, foram encontrados seis trabalhos desenvolvidos dentro da educação inclusiva, com métodos de análises diferenciadas, no entanto os métodos, buscando mais que responder questionários fechados, mas analisar as vivência envolvida dentro dos trabalhos, foi possível observar a preocupação para com a vivencia dos docentes e futuros docentes em se moldar a necessidade da reflexão para a didática do professor e os desafios enfrentados por tal classe.

Palavras-chave: Desafio da inclusão, prática pedagógica inclusiva, inclusão escolar no Amazonas, formação docente, estudo da arte.

ABSTRACT

This article was idealized from the research, focused on the construction of the dissertation project, arousing the interest in analyzing the scientific production of the program, directed to inclusive education, being possible to observe the concern of the master's students with inclusive education and its development, this study arises from the questioning about the research within inclusive education and what are the needs and/or weaknesses perceived by them for the elaboration of their Research. This work aims to analyze the quantity of research developed in the program within the theme of inclusive education, its objectives and methods used. This research is an integrative literature review, seeking to answer the questions and future relevance of such research. It was based on research within the platform of the program itself, six works developed within inclusive education were found, with different analysis methods, however the methods, seeking more than answering closed

Graduada na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Ensino Ciências e Humanidades (PPGECH). E-mail: rositaniacampos1990@gmail.com. País. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3167-3622>.

² Doutor em Biodiversidade e Biotecnologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH-UFAM). Email: renatoal@ufam.edu.br País. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0006-7654>

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Amazonas Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH-UFAM). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva em rede - PROFEI/UNESP/IFAM. E-mail: josemar.silva@ufam.edu.br. País. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7258-7822>

questionnaires, but analyzing the experiences involved within the works, it was possible to observe the concern with the experience of teachers and future teachers in shaping the need for reflection for the teacher's didactics and the challenges faced by such a class.

Keywords: Challenge of inclusion, inclusive pedagogical practice, school inclusion in Amazonas, teacher training, study of art.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as discussões sobre a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional brasileiro têm ganhado visibilidade tanto no campo das políticas públicas quanto na produção acadêmica (Mantoan, 2015; Kassar, 2011).

A promulgação de marcos legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), e a ampliação do debate em torno da educação inclusiva provocaram mudanças significativas nas práticas pedagógicas e no modo como as escolas lidam com a diversidade de seus estudantes.

Contudo, ao observarmos a realidade das regiões periféricas e menos favorecidas do Brasil, como a Amazônia, torna-se evidente que a implementação dessas políticas enfrenta obstáculos concretos que vão além do que é proposto nos documentos oficiais (Mazzotta, 2011; Carvalho, 2012).

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por meio do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH) no campus de Humaitá, tem desempenhado um papel fundamental na produção de conhecimento acerca da educação inclusiva na região sul do estado. O Amazonas, com sua diversidade geográfica, cultural e socioeconômica, coloca desafios únicos para a efetivação de práticas inclusivas, especialmente nas áreas rurais e ribeirinhas, onde o acesso à educação de qualidade é limitado.

O programa de Pós-Graduação foi elaborado por um grupo de professores do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com o intuito de atender a demanda de qualificar os profissionais da área de ensino na região do sul do Amazonas, ele foi aprovado no ano de 2016 com nota 3.

Este artigo propõe uma análise crítica da produção científica em educação inclusiva no PPGECH da UFAM, a partir de uma revisão bibliográfica das pesquisas realizadas entre 2018 até 2023. Pretende-se identificar os principais temas abordados, as metodologias aplicadas e

os desafios enfrentados pelos pesquisadores no desenvolvimento de suas investigações. Além disso, busca-se refletir sobre as contribuições dessas pesquisas para o aprimoramento das políticas públicas de inclusão na Amazônia e os caminhos que ainda precisam ser trilhados para a superação das barreiras estruturais e pedagógicas presentes na região (Mantoan, 2015; Freitas, 2012).

Nesses contextos, a formação de professores e a adequação curricular para atender alunos com deficiência têm se revelado ainda mais complexas (Freitas, 2012; Glat, Pletsch, 2011).

Partindo do crescente índice de diagnósticos de deficiências sendo estas deficiências físicas e neurológicas, há uma necessidade de um olhar minucioso, e adaptações nas mais diferentes áreas, no entanto dentro da docência, a preocupação tornasse mais urgente, tendo em vista que desde o momento que a criança inicia sua trajetória escolar, estas apresentam, dificuldades comum a todas crianças, no entanto para aquelas portadora de alguma deficiência, as dificuldade tornam-se as vezes muito mais complexa. No PPGECH, temos o ingresso de docentes das mais diversas áreas, sendo estes tanto docentes recém-formados e sem experiencia na docência de forma efetiva, tendo apenas contato dentro dos estágios supervisionados e Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Residência Pedagógica. Quanto docentes com uma trajetória dentro da profissão.

A distinção entre as necessidade que cada estudante apresenta deve ser um dos interesses do docente, para que dessa forma possam delimitar a pratica docente buscando a inclusão e o ensino-aprendizado do aluno em questão, infelizmente as didáticas inclusiva dentro do âmbito escolar, ainda não é promovida de forma equitativa, dentro da realidade escolar somente o profissional que a escola possui com o olhar diferenciado em sua totalidade é docente da área do Acompanhamento Escolar Especial (AEE) que se comprometem com essa pratica inclusiva, os alunos que necessitam de atendimento especial nas escolas em geral são deficiência mental como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Transtorno Desafiador Opositor (TOD) entre outros transtornos, além da cegueira, do surdo-mudo e deficiências físicas. Dentro da licenciatura tem-se uma preparação mais assídua para as deficiências físicas e para as deficiências como

cegueira e surdo-mudo, e colocados as margens aqueles alunos com transtornos pela dificuldade mais sensorial, suas limitações e dificuldade em se manter quietos e calados. Com o trabalho diferenciado e prática docente inclusiva esses estudantes o aprendizado realmente significativo e palpável. (Lacerda Junior 2023)

Apesar dos avanços obtidos na última década, a análise crítica das produções acadêmicas aponta para uma série de lacunas. Primeiramente, há uma escassez de estudos que abordem a inclusão em contextos específicos da Amazônia, considerando as particularidades culturais e geográficas da região (Lima, Laplane, 2016). Além disso, as pesquisas muitas vezes falham em conectar as políticas de inclusão com as práticas pedagógicas cotidianas nas escolas, evidenciando uma dissociação entre o discurso acadêmico e a realidade das salas de aula (Glat, Pletsch 2011).

REFERENCIAL TEÓRICO

As mudanças de paradigmas científico no âmbito educacional, deve-se a reconstrução de objetivos fundamentais, não somente no ensino de ciências, mas da educação de forma geral, promovendo o desenvolvimento do pensamento crítico, propiciando uma formação voltada para a educação social. A oficialização da pesquisa em ensino de ciências a partir da década de setenta, devido aos mais diversos movimentos, ao mesmo tempo o processo de ensino, estudo e aprendizado, tornar mais diversificadas por meios de seus objetivos e condições pedagógicas, dentro da sociedade de informação, com diversos aspectos, como a busca por uma aprendizagem que dialoga e a c consideração do sujeito dentro da construção do conhecimento científico. Sendo caracterizado pelo interesse em analisar criticamente os diferentes aspectos do ensino a fim de caminhos contínuos e aperfeiçoados.

A educação inclusiva tem sido um tema de discussão e aprimoramento constante nas licenciaturas. O direito de todas as crianças à educação, assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, Art. 53, estabelece a importância do pleno desenvolvimento pessoal, preparo para a cidadania e qualificação para o trabalho, garantindo igualdade de condições e permanência escolar (Federal, 1990). O crescente

aumento de crianças e adolescentes diagnosticados com transtornos neurológicos, como o TEA, TDAH, TOD entre outros, destaca a necessidade de adaptações no processo educacional.

A priori, a inclusão em salas de aula regulares é um direito garantido por leis e normativas educacionais. No entanto, a implementação prática dessa inclusão requer a formulação e aplicação de metodologias de ensino adaptativas, que considerem as necessidades e potenciais desses alunos. Nesse sentido, o estudo das práticas de ensino voltadas para essa inclusão se apresenta como uma resposta indispensável à demanda por uma educação realmente equitativa.

A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no artigo 4º, reforça a obrigação do Estado em oferecer educação especializada gratuita aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, preferencialmente na rede regular de ensino (Educação, 2014). Tendo em vista que a educação inclusiva não se trata apenas de coexistência em sala de aula, mas também de proporcionar oportunidades efetivas de aprendizado para todos os alunos. A falta de preparação adequada dos educadores para lidar com essas diversidades pode levar a um ensino pouco eficaz e prejudicial para alunos com transtorno, tendo em vista a preparação unicamente para deficiências físicas. Assim, a formação dos futuros professores deve ser embasada em abordagens pedagógicas que fomentem uma atuação reflexiva, sensível e eficaz, de modo a abraçar esse público, que foi colocado a margens e rotulados por tanto tempo.

Um dos grandes desafios da prática escolar inclusiva é o profissional da educação, onde poucos se especializam, por ser ainda muito recente no Brasil, ela apenas foi criada no ano de 2008, de modo que a obtenção de resultados satisfatórios a preparação deve ser baseada na prática dos educadores com utilização da inclusão no ambiente escolar. (Sodré 2022)

Mesmo nos dias atuais a inclusão ainda é um desafio, principalmente para os recém formados, a insegurança em trabalhar a educação inclusiva, e o receio de não se sentir preparado, no caso de trabalhar com os estagiários, que ainda estão na formação e tendo em vista o esclarecimento das dúvidas, de modo que os mesmos venham a trabalhar de forma mais esclarecida e preparada para essa realidade, bem mais frequente nos dias atuais onde a

educação inclusiva necessita cada vez mais ser inserida dentro da educação básica. (Segundo Gomes; Matesco 2018)

O conceito de TEA foi sofrendo modificações no decorrer do tempo, tendo como alicerce os estudos sobre o mesmo existentes até o presente momento, que tem como principais características a dificuldade de interação social e comportamentos repetitivos, que se apresentam antes no decorrer dos primeiros três anos de vida, os estudos relacionados ao autismo no Brasil com o tempo vem crescendo, e é muito raramente relacionados a inclusão dos mesmos nas escolas regulares, de modo que estão muito mais relacionados a educação especial, que é a modalidade de ensino com níveis e etapas, no caso do ensino regular. (Teodoro et. Al 2016)

Muitos sintomas do TDAH são observáveis desde muito cedo na infância; entretanto, eles são mais percebidos no início da escola. As dificuldades de atenção e de hiperatividade dessas crianças são reconhecidas pelos professores quando comparadas com as outras crianças da mesma idade. É no contexto escolar que a inquietude e a impulsividade são interpretadas como falta de disciplina e a desatenção como negligência, apesar de tais comportamentos serem mais relacionados a uma disfunção no desenvolvimento neurológico (Jou, 2010).

No entanto cabe aqui refletir sobre a realidade da educação em que nos encontramos, em que a educação de modo geral é tecnicista e busca em sua totalidade a formação de indivíduos mecanizados por um sistema de dominância exercido pela divisão de classes, é fato que a educação não tem como objetivo a formação integral, e sim a formação de trabalhadores que executem as mais diversas funções e possuindo a capacidade de adaptação e organização. Desse modo os mesmos infelizmente não se enquadram e na maioria das vezes, tende a ser medicalizados e por seus laudos mais uma vez colocados de lado e não receber a dedicação que o sistema de leis prevê, isso imposto pelo próprio sistema, além de tais alunos serem rotulados, como indisciplinados e mal-educados (Zocoler, Sforini, 2020).

Uma prática pedagógica diferenciada dentro do ensino de ciências é essencial para uma melhor absorção do conteúdo ministrado pelo docente viabiliza uma melhor absorção, tendo em vista que são em sua totalidade conteúdos que são dotados de uma abordagem um tanto mais complexa e que exige a aquisição real do conhecimento. Um planejamento voltado

para uma ação pedagógica crítica e transformadora possibilitaria segurança para o professor lidar com a relação educativa presente na sala de aula e na escola como um todo. Nessa concepção, o planejamento não pode ser entendido de maneira mecânica, desvinculado do contexto em que está inserido. A escolha de uma prática docente depende de alguns fatores tais como: objetivos selecionados, conteúdo, classe, o tempo de aula, os recursos disponíveis (Krasilchik, 2000).

A necessidades de tais práticas que estimulem o senso crítico dos alunos como situações problemas que é apenas mediada pelo professor, mas o aluno busca formas de solucionar, as discussões em grupo para que tenha o compartilhamento de informações e percepções, essas são algumas das práticas docentes que estimulam o desenvolvimento psíquico do estudante. Segundo Amaral (2013) entendendo que o ensino fundamental e a fase escolar em que o diagnóstico das crianças com transtorno são mais significativos, apresentando uma necessidade de aprendizados mais desenvolvidos, visando a postura do professor, e como trabalhar a inclusão dentro da sala de aula do ensino regular. Tendo em vista a necessidade dos professores pela busca da formação adequada para o atendimento das inclusões com a atuação adequada dentro da sala de aula, além da necessidade de formação continuada.

O papel do professor, como uma intervenção fundamentada, por meio de recursos que estão relacionadas a algumas das breves considerações ao fazer, ensinar e falar sobre Ciência, um dos exemplos muito claro seria voltado para a solução de problemas e na tomada de decisão, com uma atuação de desmistificação das crenças e valores. Onde é importante ressaltar, como intencionada e fundamentada, buscando recursos estratégicos para manter os seus alunos engajados no enfrentamento de desafios. Ensinar Ciência está relacionado a uma aprendizagem que leve em conta o envolvimento dos alunos em novas formas de pensar: existe a necessidade de uma articulação com os modelos próprios da Ciência, envolvendo o aluno numa cultura científica, envolvendo-o, não naturalizando a Ciência, na interferência de origem política e sociocultural. (Texeira 2019)

A formação de futuros professores é um ponto chave para a educação inclusiva. A adaptação das metodologias de ensino para atender a estudantes com diferentes necessidades

é essencial, preparando-os para uma atuação reflexiva e eficaz. A vivência de estágios supervisionados, o PIBID e a residência pedagógica, proporciona experiências práticas que desafiam os futuros educadores a se adaptarem às realidades das salas de aula inclusivas.

METODOLOGIA

Na elaboração de um artigo de revisão, a metodologia utilizada difere daquela aplicada em pesquisas empíricas, uma vez que o foco é a análise e a síntese de produções acadêmicas existentes sobre um tema específico. De acordo com Gil (2008), a revisão de literatura visa identificar, selecionar e avaliar criticamente o conhecimento acumulado sobre o assunto, permitindo ao pesquisador obter uma visão geral do estado da arte. Nesse sentido, o procedimento metodológico concentra-se na seleção de fontes relevantes, sua leitura e a análise crítica do conteúdo dessas obras. No presente estudo, foram escolhidos seis trabalhos acadêmicos produzidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), os quais tratam da educação inclusiva, com especial enfoque em deficiências de uma forma geral.

A coleta de dados para a revisão foi realizada a partir de dissertações disponíveis no repositório do PPGECH da TEDE da UFAM, sendo selecionadas aquelas que abordam especificamente as práticas pedagógicas inclusivas no contexto amazônico. De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo é uma técnica adequada para a interpretação de textos, permitindo a categorização das principais temáticas discutidas nas obras analisadas. Neste estudo, os textos foram categorizados com base em três eixos principais: formação docente para a inclusão, infraestrutura escolar e políticas públicas de apoio à inclusão. Esses eixos nortearam a análise crítica dos dados apresentados pelas dissertações.

Com base na metodologia de revisão, foi possível organizar a discussão em torno dos principais desafios e avanços da educação inclusiva no contexto amazônico. A análise crítica, conforme sugerido por Severino (2017), permitiu comparar os resultados dos diferentes trabalhos, evidenciando as convergências e divergências entre as pesquisas, além de

identificar as lacunas e oportunidades para futuras investigações. A metodologia de revisão de literatura, portanto, cumpre o papel de sintetizar o conhecimento disponível, oferecendo uma visão panorâmica e crítica sobre o estado da inclusão educacional na região.

A metodologia abordada neste trabalho de trata de uma revisão bibliográfica integrativa, que segundo Souza et al. (2021) essa revisão trata-se de uma pesquisa que permite sintetizar e avaliar as evidências, partindo de eventos específicos.

ANÁLISES E RESULTADOS

Dentro da pesquisa desenvolvida, a partir dos anos aqui propostos, entre os anos de 2018 até o ano de 2023, entre os anos de 2018 e 2020 nenhuma pesquisa foi encontrada que se enquadrava dentro da pesquisa. Somente a partir de 2021 apareceu os primeiros trabalhos, já iniciando com trabalho voltado para os transtornos globais, que foi inserida como deficiência e surdos-mudos.

Trabalhos encontrados:

Tabela dos trabalhos, com ano, título e método de análise

Ano	Título do Trabalho	Autores
2021	Desafios para as práticas pedagógicas de professores para a inclusão no ensino regular de alunos com transtorno do espectro do autismo (TEA)	Dnávia Miranda Neves Lobato
2021	O surdo: entre o real e o imaginário	Danilza de Souza Texeira
2022	A educação especial em escolas estaduais no município de Humaitá-AM: um olhar sobre as práticas educativas	Rosangela Carvalho da Costa
2022	Libras e a inclusão no contexto escolar do aluno surdo.	Jefferson Aristiano Vargas
2023	A língua brasileira de sinais (LIBRAS) no processo de inclusão e escolarização de surdos em escolas estaduais no município de Humaitá-AM	Enicelmo Pereira Pessoa
2023	Educação especial na perspectiva inclusiva: formação de professores em uma escola no município de Humaitá-Amazonas	Eliane Acácia da.Silva

Fonte: autor

A análise dos seis trabalhos acadêmicos levantados no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades da UFAM revela uma complexa realidade da educação

inclusiva no contexto amazônico, especialmente nos municípios de Humaitá e Parintins. As pesquisas apontam desafios estruturais, metodológicos e conceituais que impactam diretamente a efetivação das políticas de inclusão. Observa-se uma constante luta entre os objetivos inclusivos das políticas educacionais e a realidade das escolas, que não dispõem de recursos suficientes, formação adequada para os professores e uma infraestrutura propícia à inclusão efetiva dos alunos com deficiência (Costa, 2022; Silva, 2023). Essa situação reflete uma desconexão entre o discurso político e as práticas educacionais concretas, exigindo uma reflexão profunda sobre como essas políticas podem ser mais bem implementadas (Pessoa, 2023; Lobato, 2021).

Um ponto em comum entre os estudos é a permanência de práticas excludentes nas escolas, apesar dos avanços nas legislações de inclusão. As análises apontam que, enquanto os discursos oficiais promovem um modelo inclusivo, as práticas ainda refletem a segregação e o isolamento dos alunos com deficiência (Costa, 2022; Teixeira, 2021). A pesquisa demonstra que as escolas estaduais de Humaitá permanecem, em grande parte, ancoradas em um modelo segregador, com poucas iniciativas efetivas de inclusão (Costa, 2022). Além disso, as práticas de inclusão, quando existem, são tímidas e carecem de um compromisso institucional mais robusto para apoiar os professores e os alunos com deficiência (Pessoa, 2023).

No caso de alunos surdos, a formação inadequada dos professores e a falta de intérpretes em sala de aula dificultam o processo de inclusão (Teixeira, 2021). Embora a legislação preveja a inclusão desses alunos, a ausência de um preparo específico para lidar com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) compromete o aprendizado desses estudantes, resultando em uma exclusão que é tanto linguística quanto pedagógica (Teixeira, 2021). Esses desafios são especialmente preocupantes no contexto de Parintins, onde as barreiras territoriais e a falta de infraestrutura agravam ainda mais a situação (Teixeira, 2021).

Outro aspecto que se repete nas pesquisas é a falta de recursos e a infraestrutura inadequada (Lobato, 2021; Pessoa, 2023). A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) enfrenta desafios específicos devido à falta de recursos humanos, como professores auxiliares e cuidadores, e à inadequação das práticas pedagógicas (Lobato, 2021).

Além das barreiras estruturais, há uma falta de conhecimento por parte dos professores sobre o autismo, o que impede uma inclusão plena e significativa desses alunos no ensino regular (Lobato, 2021). Nesse sentido, a formação docente surge como um aspecto crítico para a melhoria das práticas inclusivas (Pessoa, 2023).

A análise do uso da Libras no contexto escolar mostra que, embora existam iniciativas de inclusão de alunos surdos, a falta de um ambiente bilíngue nas escolas impede que esses estudantes se integrem plenamente ao processo de ensino-aprendizagem (Vargas, 2022). A inclusão só será eficaz se houver uma política que promova o uso da Libras como uma língua de instrução, e não apenas como uma ferramenta acessória para a comunicação (Vargas, 2022). Essa questão levanta a necessidade de repensar o papel da comunicação nas práticas inclusivas, algo que também ecoa nas demais pesquisas (Vargas, 2022; Pessoa, 2023).

Além da questão linguística, as barreiras à inclusão de alunos surdos também se manifestam na falta de preparação dos professores e na ausência de políticas públicas mais concretas (Pessoa, 2023). Sem o suporte necessário, as escolas não conseguem implementar uma inclusão eficaz, o que resulta em práticas pedagógicas que muitas vezes prejudicam mais do que ajudam os alunos surdos (Pessoa, 2023). A inclusão, portanto, não se limita a uma adaptação superficial das práticas, mas requer uma transformação estrutural que envolva todos os atores da comunidade escolar (Costa, 2022).

De maneira geral, as pesquisas convergem ao indicar que a formação docente é insuficiente para lidar com a diversidade de alunos com deficiência (Silva, 2023). A falta de capacitação adequada dos professores afeta diretamente a qualidade do ensino inclusivo (Teixeira, 2021; Lobato, 2021). Embora as legislações nacionais promovam a inclusão, as políticas públicas não oferecem suporte suficiente para que os professores possam implementar práticas pedagógicas inclusivas em suas salas de aula (Silva, 2023). Isso reflete um cenário em que a inclusão é mais um ideal do que uma prática consolidada no cotidiano escolar (Costa, 2022; Silva, 2023).

Outro ponto de convergência entre as pesquisas é a crítica às condições estruturais das escolas, que dificultam a implementação de práticas inclusivas (Lobato, 2021; Pessoa, 2023).

A ausência de recursos, como intérpretes e salas de recursos multifuncionais, impede que as escolas atendam adequadamente os alunos com deficiência (Vargas, 2022; Silva, 2023). Além disso, a falta de apoio institucional, como programas de acompanhamento pedagógico e técnico, agrava ainda mais a situação, criando um ambiente que perpetua a exclusão (Costa, 2022).

A análise das práticas pedagógicas também revela um distanciamento entre as propostas curriculares inclusivas e a realidade das salas de aula (Silva, 2023). Embora as políticas educacionais enfatizem a inclusão, o ambiente escolar continua pouco adaptado para acolher alunos com necessidades especiais (Pessoa, 2023). A falta de recursos materiais e pedagógicos adequados impede que os professores possam desenvolver atividades inclusivas que realmente atendam às necessidades de seus alunos (Lobato, 2021; Teixeira, 2021).

A inclusão linguística para alunos surdos também se destaca como um desafio central. A importância da Libras como um recurso essencial para a inclusão desses alunos é ressaltada, mas as escolas ainda não estão preparadas para oferecer um ensino bilíngue eficaz (Vargas, 2022). A inclusão só será plena quando a Libras for tratada como uma língua de instrução e não apenas como uma ferramenta de apoio (Vargas, 2022; Pessoa, 2023).

As práticas pedagógicas, por sua vez, ainda são influenciadas por um modelo de ensino que segrega os alunos com deficiência, mantendo-os à margem do processo educacional (Costa, 2022). Mesmo com a legislação em vigor, as escolas demonstram uma resistência em adotar práticas verdadeiramente inclusivas (Pessoa, 2023). Essa resistência está relacionada tanto à falta de formação docente quanto à ausência de uma cultura escolar que valorize a inclusão (Lobato, 2021; Silva, 2023).

O papel dos gestores escolares no processo de inclusão é crucial, mas muitas vezes os gestores carecem de conhecimento e apoio institucional para promover mudanças significativas (Pessoa, 2023). A formação de gestores, assim como a de professores, é um elemento central para o sucesso da inclusão escolar (Silva, 2023). A ausência de uma gestão informada e engajada dificulta a implementação de políticas inclusivas efetivas nas escolas (Pessoa, 2023; Costa, 2022).

Apesar das limitações identificadas, algumas estratégias têm sido adotadas pelos professores para mitigar as barreiras à inclusão (Lobato, 2021). Práticas de empatia, trabalho em equipe e respeito ao ritmo dos alunos são mencionadas pelos professores como formas de enfrentamento das dificuldades encontradas em sala de aula (Lobato, 2021; Teixeira, 2021). Embora essas estratégias sejam limitadas pela falta de recursos, elas mostram que há um esforço por parte dos docentes em promover a inclusão dentro das possibilidades oferecidas pelo contexto escolar (Silva, 2023).

Os desafios relacionados à infraestrutura escolar também são recorrentes. As escolas não estão preparadas fisicamente para atender alunos com deficiência, especialmente os alunos surdos, que necessitam de recursos específicos, como intérpretes e salas adequadas para o ensino bilíngue (Vargas, 2022; Pessoa, 2023). A ausência de ambientes adequados compromete o desenvolvimento dos alunos e impede que eles tenham uma experiência educacional completa (Vargas, 2022).

A crítica às políticas públicas também é uma constante nas pesquisas (Costa, 2022; Silva, 2023). Embora existam políticas voltadas para a inclusão, a falta de fiscalização e de suporte adequado impede que elas sejam efetivas na prática (Pessoa, 2023). A descentralização das políticas de inclusão e a ausência de uma coordenação entre os diferentes níveis de governo dificultam a implementação de medidas eficazes (Silva, 2023).

A formação continuada dos professores surge como um tema fundamental. A formação inicial dos professores não aborda suficientemente as questões relacionadas à inclusão, e a formação continuada é muitas vezes negligenciada pelas redes de ensino (Lobato, 2021). Isso gera um ciclo em que os professores se veem despreparados para lidar com a diversidade em sala de aula, perpetuando práticas excludentes (Teixeira, 2021; Silva, 2023).

Apesar dos desafios, algumas iniciativas positivas têm surgido no campo da inclusão escolar. A criação de programas de formação para professores em alguns municípios do Amazonas visa melhorar a capacitação dos docentes para trabalhar com alunos com deficiência (Silva, 2023).

Apesar dos desafios recorrentes, as pesquisas indicam que há algumas tentativas de superação das barreiras à inclusão. Iniciativas de capacitação e projetos voltados para a formação continuada dos professores estão começando a ser implementadas em algumas escolas da região amazônica, ainda que de forma pontual. Esses esforços buscam fortalecer o conhecimento pedagógico dos docentes para que possam trabalhar de forma mais eficaz com a diversidade de alunos, incluindo aqueles com deficiências. No entanto, essas iniciativas ainda carecem de apoio sistêmico e maior abrangência para que possam gerar impactos mais consistentes e duradouros (Silva, 2023).

Outro aspecto importante é a necessidade de políticas públicas mais integradas e voltadas para a realidade local das escolas na Amazônia. O contexto geográfico e cultural da região apresenta desafios específicos, como o isolamento de certas áreas, o que dificulta a implementação de políticas educativas inclusivas. As pesquisas sugerem que é essencial que as políticas públicas de inclusão considerem essas particularidades regionais e ofereçam soluções que sejam adaptadas às necessidades das escolas e comunidades locais. Somente com um suporte adequado e contínuo será possível promover uma inclusão que vá além do discurso, tornando-se uma prática efetiva (Costa, 2022; Pessoa, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS/REFLEXÕES FINAIS

As dissertações analisadas oferecem contribuições valiosas para o debate sobre educação inclusiva no Brasil, especialmente no contexto amazônico. Os desafios enfrentados pelas escolas e professores evidenciam que, embora existam políticas públicas e discursos favoráveis à inclusão, sua implementação ainda é limitada. A formação docente, a adequação das infraestruturas escolares e a implementação de políticas públicas mais eficazes são apontadas como elementos fundamentais para superar as barreiras atuais. Além disso, é fundamental que as políticas de inclusão sejam acompanhadas por um suporte técnico e pedagógico contínuo, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. Para que a inclusão escolar se torne uma realidade prática, é essencial que as iniciativas sejam integradas e ampliadas,

envolvendo não apenas os professores, mas toda a comunidade escolar e os gestores educacionais.

A ausência de trabalhos relacionados à educação inclusiva na Linha 2 do Programa de Pós-Graduação, que foca em Ensino de Ciências e Matemática, evidencia uma lacuna significativa no campo de estudo dessa área. Enquanto a Linha 1, dedicada às Perspectivas Teórico-Methodológicas para o Ensino das Ciências Humanas, apresenta pesquisas consistentes sobre inclusão, a inexistência de trabalhos na Linha 2 levanta preocupações quanto à falta de integração do tema da inclusão no ensino de ciências e matemática. Considerando que as disciplinas de ciências e matemática são cruciais para a formação integral dos alunos, essa ausência pode indicar um distanciamento entre as demandas inclusivas e a prática pedagógica nesses campos do conhecimento.

A lacuna observada sugere a necessidade urgente de ampliar o escopo das pesquisas desenvolvidas na Linha 2, de modo a contemplar a inclusão de alunos com deficiência. A inclusão educacional é um desafio que permeia todas as áreas do ensino, e é fundamental que o ensino de ciências e matemática também aborde essas questões, desenvolvendo metodologias e estratégias que garantam o acesso e a permanência dos alunos com necessidades especiais nessas disciplinas. A ausência de estudos sobre esse tema pode resultar na manutenção de práticas excludentes no ensino de ciências e matemática, prejudicando o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência e limitando as possibilidades de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Dessa forma mesmo nos tempos atuais a educação inclusiva ainda é alvo de muitos debates pois se trata de um processo que dever ser inserido dentro da educação inclusiva, no entanto nos deparamos com profissionais despreparados que quando realmente se interessam pela educação inclusiva, acaba sendo rotulado até mesmo por alguns profissionais de sua área, como se fosse algo de outra realidade, sendo um processo em constante desenvolvimento, que busca não somente o ensinar, mas o aprendizado efetivo desses indivíduos, e finda como se fosse a missão de suas vidas.

Tendo em vista que a educação é um processo que está em constante modificações e desenvolvimento, e o docente cada dia mais necessita se reorganizar e estrutura com o mais

diversos tipos de conteúdo tendo em vista que muito mais que compreender e conseguir ensinar os alunos ainda necessita trazer os conteúdos para a realidade do aluno, que na maioria das disponibilidades dos conteúdos, não é voltada para a realidade do estudante, e cabe ao docente em exercício adaptar, devido aos nossos sistemas educacionais.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES), código de financiamento 001, entidade com finalidade exclusiva de amparo de pesquisa científica básica e aplicada e ao desenvolvimento tecnológico experimental, com o objetivo de aumentar o estoque de conhecimentos científicos e tecnológicos, assim como sua aplicação, no interesse do desenvolvimento econômico e social do Estado do Amazonas. Ao Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente -IEAA, Universidade Federal Do Amazonas -UFAM. Ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades-PPGECH.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Alice Bicalho et al. A formação do professor para trabalhar com crianças que apresentam diagnóstico de TDAH no ensino fundamental I na Rede Municipal de Ensino de Curitiba. **Ensaio Pedagógico**, 2013.

Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n6/ARTIGO-MONICA.pdf>

Acesso em: 01/08/2024

CARVALHO, R. E. A. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2012.

COSTA, Rosângela Carvalho da. **A educação especial em escolas estaduais no município de Humaitá-AM: um olhar sobre as práticas educativas.** 2022, Dissertação (Mestrado em Ciências e Humanidades) – Universidade Federal do Amazonas, Humaitá (AM) 2022

Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8786>

Acesso em: 01/08/2024

EDUCAÇÃO, Da. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da**, 2014. Pag. 2.

FEDERAL, Governo et al. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei federal**, v. 8, 1990. Pag. 31.

FREITAS, S. N. Políticas de inclusão escolar e as práticas pedagógicas no Brasil: uma análise crítica. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 811-826, 2012.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Marcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, 162p. (Pesquisa em Educação).

Gil, Antônio Carlos, 1946 – **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antônio Carlos Gil. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, Gabriela; MATESCO, Eliane. Um estudo sobre a inclusão de alunos com transtorno do espectro autista na aula de matemática. **Revista de Educação Matemática (REMat)**, v. 15, n. 20, p. 503-522, 2018. Disponível em:

<https://www.revistasbemsp.com.br/index.php/REMat-SP/article/view/247/257>

Acesso em: 01/08/2024

JOU, Graciela Inchausti de et al. Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade: um olhar no ensino fundamental. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, p. 29-36, 2010.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/prc/a/Q4GXdJzTPvBdgwjjwNZv8mrw/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 01/08/2024

KASSAR, M. DE C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, n. 41, p. 61–79, jul. 2011.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/y6FM5GNKBkjzTNB48zV4zNs/?lang=pt#ModalHowcite>

Acesso em 01/09/2024

KRASILCHIK, Myriam. Reformas e realidade: o caso do ensino das ciências. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, p. 85-93, 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/spp/a/y6BkX9fCmQFDNnj5mtFgzyF/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em 01/09/2024

LACERDA JUNIOR, Djair dos Santos et al. Educação matemática para alunos com TEA e TDAH: **o que dizem os congressos ENEM e SIPEM**. 2023. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/ad515a98-f5e4-47df-9175-d645641c99db/full>

Acesso em: 01/08/2024

LIMA, S. M.; LAPLANE, A. L. F. de. Escolarização de Alunos com Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 22 (2), Apr-Jun 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/93w7MM64pfrMWrPTKmqxSBh/?lang=pt>

Acesso: 01/08/2024

LOBATO, Dnávia Miranda Neves. **Desafios para as práticas pedagógicas de professores para a inclusão no ensino regular de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)**. Dissertação (Mestrado em Ciências e Humanidades) – Universidade Federal do Amazonas, Humaita (AM) 2021. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8461>
Acesso em: 01/08/2024

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? Petrópolis: Vozes**, 2015. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>
Acesso em: 01/08/2024

MAZZOTTA, M. J. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2011.

PESSOA, Enicelmo Pereira. **A língua Brasileira de Sinais (Libras) no processo de inclusão e escolarização de surdos em escolas estaduais no município de Humaitá-AM**. Dissertação (Mestrado em Ciências e Humanidades) – Universidade Federal do Amazonas, Humaita (AM) 2023. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9449> Acesso em: 01/08/2024

SILVA, Eliane Acácia da. **Educação especial na perspectiva inclusiva: formação de professores em uma escola no município de Humaitá-Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Ciências e Humanidades) – Universidade Federal do Amazonas, Humaita (AM) 2023 Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9809> Acesso em: 01/08/2024

SODRÉ, Mariza Sueli Oliveira et al. **Educação Inclusiva e Formação de Professores: gênese, análise e discussão de um curso de extensão**. 2022. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/55970> Acesso em: 01/08/2024

SOUZA, Elza Maria de; SILVA, Daiane Pereira Pires; BARROS, Alexandre Soares de. Educação popular, promoção da saúde e envelhecimento ativo: uma revisão bibliográfica integrativa. **Ciência & saúde coletiva**, v. 26, n. 4, p. 1355-1368, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/gKNHyg95H4SQgKQ3hxnzNZx/>

TEIXEIRA, Danilza de Souza. **O surdo: entre o real e o imaginário**. Dissertação (Mestrado em Ciências e Humanidades) – Universidade Federal do Amazonas, Humaita (AM) 2021. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8469> Acesso em: 01/08/2024

TEIXEIRA, Odete Pacubi Baierl. A Ciência, a Natureza da Ciência e o Ensino de Ciências. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 25, p. 851-854, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/G3WCvDQG8WmSskJWfVJtHRB/> Acesso em: 01/08/2024

TEODORO, Grazielle Cristina; GODINHO, Maíra Cássia Santos; HACHIMINE, Aparecida Helena Ferreira. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental. **Research, Society and Development**, v. 1, n. 2, p. 127-143, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5606/560658991003/html/> Acesso em: 01/08/2024

VARGAS, Jefferson Aristiano. **Libras e a inclusão no contexto escolar do aluno surdo.** Dissertação (Mestrado em Ciências e Humanidades) – Universidade Federal do Amazonas, Humaita (AM) 2022. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9008> Acesso em: 01/08/2024

ZOCOLER, Juliane Cristina; SFORNI, Marta Sueli de farias. A Relação entre o Ensino de Ciências da Natureza e a Formação da Concepção de Mundo à luz da Psicologia Histórico Cultural. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 26, p. e20038, .2020 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/Xk5cqVtgkmdTwWC3VTtD5wn/abstract/?lang=pt> Acesso em: 01/08/2024